

TEORIA DE HISTÓRIA: MEMÓRIA, ESCALA E PODER SIMBÓLICO

Theory of History: memory, scale and symbolic power

Resumo: O artigo trata do pensamento historiográfico quanto à memória, a escala e o poder simbólico. A teoria de história, e seus conceitos, fontes determinantes no estudo do homem, caracterizam não somente os fundamentos, mas também a complexidade da ciência história. A memória e a história são formadoras importantes para o entendimento social, tendo a escala como proporção e delimitadora da teoria, e o poder simbólico como relevância concreta da ciência para o estudo em meio à construção e transformação do indivíduo acerca da história e de uma possível identidade, aqui chamada social.

Abstract: *The article deals with historiographic idea about memory, scale and symbolic power. The history theory, and its concepts, determining sources in the study of human being, characterizes not only the fundamentals but also the complexity of science history. The memory and history are formative and important for social understanding, having scale as the proportion and boundary of theory, and symbolic power as the concrete relevance of science for study in the midst of the construction and transformation of the individual about history and of a possible identity, here called social.*

INTRODUÇÃO

Tratar de conceituar ciências, como a História, e tantas outras, passa por diversos arranjos em sua própria história. A ciência História, por muitas vezes entra em pauta quanto à veracidade do termo ciência para si, sendo muitas vezes precipitado tal julgo. É de suma importância pressupor para este trabalho, que história, tida em ciências humanas, é também uma ciência investigativa, tanto individual quanto coletiva, como tal, determina seu objeto de estudo em consecutivas linhas descritivas, originada do grego *historie* que significa “conhecimento através da investigação”¹.

Segundo Torres (1996, p. 55):

“A polissemia da palavra história será reduzida a duas variantes: história enquanto processo do acontecer humano no espaço-tempo, constituindo-se intelectualmente na utopia de uma possibilidade em nível de reconstituição; e história-acontecimento, isto é, os procedimentos intelectuais que constroem verdades relativas a partir da análise de materiais históricos (fontes)”.

Como quando Torres (1996, p. 54) revisita

reflexões quanto à historiografia brasileira e conceitos na prática historiográfica (TORRES, 1996, p. 54, *apud* LAPA, 1981, p. 18-19):

“O conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender a realidade. A historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou (...) Dessa maneira, o objeto do conhecimento histórico é o que chamamos de História para efeito de nossas proposições (...)”.

É comum no estudo das ciências humanas, notado no estudo de história e em história da historiografia, o contraponto, e a análise de fatos de forma objetiva, sem considerações subjetivas, individuais ou coletivas, em um nicho de um mesmo grupo. As representações, citada por LAPA (1981, *in* TORRES, 1996) é recorrente na nova história, e particular no *jogo de escalas*² de representações do mundo contemporâneo, em sua pós-modernidade. São inegáveis o poder da modernidade e a disseminação de um “saber” construído, momentâneo, sem fontes inclusive.

A sobreposição de conceitos, de épocas, é comumente fator ponderador nas Ciências Hu-

André Rodrigues de Freitas

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo – Universidade CEUMA (2015); Especialista em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano – Universidade Candido Mendes (2018); Aluno do Curso de Engenharia Civil – Instituto Federal do Maranhão (2016*).

Contato

<arquiteto.arfreitas@gmail.com>

Palavras-chave:

Antropologia; Escala; Historiografia; Memória; Teoria.

Keywords:

Anthropology; Scale; Historiography; Memory; Theory.

1 Conceito primário de ‘história’ como ciência.

2 Referência ao livro *Jogo de Escalas* (REVEL, 1998).

manas e Sociais, devido, basicamente, às suas “fontes”. O discurso do conceito de fontes, ou mesmo de todas as manifestações de verdade e representações sobre uma dita verdade, não serão debatidos neste texto, por estarem intrínsecas aos demais conceitos objetivados neste trabalho, a saber: memória, escala e poder simbólico. Talvez porque, as representações se alimentem de fontes próprias, bem como de fontes comuns, e produzam resultados distintos, não estando este trabalho apto a classificar uma ou outra como verdadeira, ou menos verdadeira que a outra.

No texto de LEVI (*in* BURKE, 1992), quando trata da micro-história e de suas vastas referências, fazendo dela um dito texto *eclético*. O Professor Giovanni Levi demarca o papel da prática historiográfica, demonstrado também no uso desproporcional das “*microdimensões* de seu objeto de estudo”, onde mostra a diferença entre história local e redução de escala (BURKE, 1992, p. 137):

“(...) a escala tem como um objeto de análise que serve para medir as dimensões no campo dos relacionamentos (...) Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado”.

Onde “*o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados*” (BURKE, 1992, p. 139). A variante da escala, para o historiógrafo e para a nova história, possibilita estudos particulares e um dimensionamento do saber de campo antes não percebido.

Nos textos de Marieta de Moraes Ferreira (2002) e Jurandir Malerba (MALERBA, 2014), temos que a nova leitura quanto às transformações históricas e o debate historiográfico, levando a postura do historiador ao ápice do questionável valor histórico, e/ou científico.

MALERBA (2014) traz a depreciação do saber histórico diante das representações e publicações de ditos, e não ditos, históricos por não acadêmicos. A preocupação contemporânea não se baseia somente no não historiador, ou não historiógrafo, fazer história, no sentido de amenizar o fato, a fonte. Mas do indivíduo

leigo, sem precedentes ou o reportar das fontes à discursão de fatos históricos ou da própria história, como bem lembra FERREIRA (2002, p. 315), quando aponta a comum reportagem de fatos e *documentagens* históricas por acadêmicos do direito em suprir a falta, ou a localidade, do espaço-histórico, no uso de talvez uma micro-história daquele local, no expressar de suas representações.

A figura da memória é introduzida em larga relação ao “*historiador oral*” portador de uma voz representada, tida no texto de FERREIRA (2002, p. 315) como a pessoa que junto aos profissionais liberais do direito (advogados) mantinham o papel de historiadores, historiógrafos, no salvaguardo da memória. Onde, segundo a autora (FERREIRA, 2002, p. 315):

“Dois tipos de pessoas se destacavam como autores dos livros de história. Nas cidades, eram os profissionais liberais, notadamente os advogados, que faziam o papel de historiadores; no mundo rural, eram os quadros da sociedade tradicional, membros da Igreja e da nobreza, que dominavam os estudos históricos”.

Perceba que para o texto de FERREIRA (2002, p. 315) tal recorte nos mostra não somente o historiador acadêmico e o historiador leigo, mas também nos destaca esse último, principalmente em uma representação de um nicho daquela sociedade. A materialidade das fontes históricas, como no caso da ‘sociedade tradicional’ narrada por membros da igreja e da nobreza, pode ser notada como causador de uma representação oculta, já que a leitura e a escrita eram proventos nobres, uma vez supostos de narrativa, e “editados” por seus “historiografos”. A história levanta outros conceitos e tradições de fontes, bem como estruturas para a história e para o historiador, ou ainda para o historiógrafo, onde tal transformação “*operou no campo da história a partir da França, e que se difundiu para outros países, tampouco questionou a valorização das fontes escritas*” (FERREIRA, 2002, p. 319) e ainda se reafirmou (fortaleceu-as).

Apesar de a história oral ser de suma importância para o estudo no que tange à “*construção de identidade de grupos e de transformação social*”, o que Ferreira (2002, p. 322) remete à *história oral militante*, ainda demarcando o não aceite deste conceito entre acadêmicos, é o

poder incumbido à história em uma *função social*, politizada, em “*devolver a história do povo*” (2002, p. 323).

Sendo conotações particulares tanto do texto de Marieta Ferreira (2002), quanto de outros estudos analisados aqui, tais conceitos remetem a modificações nas Ciências Humanas e Sociais, principalmente em representações dos *tradicionais*, o que permite o alcance da história oral pela historiografia.

A apropriação da história por não acadêmicos, tida no texto do Professor Jurandir Malerba (2014, p. 28), em crítica ao conceito de *public history* não parece ser uma militância, ou demanda da dita função social, mesmo pós-guerras, o que se vê na contemporaneidade da personificação histórica da pessoa *comum*, como quando cita Robert Kelley, definindo a história pública como “emprego de historiadores e do método histórico fora da academia” (KELLY 1978 *apud* DAVISON 1991; HOLL 2008, p. 30).

Isso se visto pelo caráter não acadêmico e sem preceitos históricos, por conta do texto já mencionado de Ferreira (2002), onde o sujeito do profissional liberal toma a forma de historiador, diferente do indivíduo sem precedentes acadêmicos, das ciências (Humanas e Sociais, principalmente), debaterem, e muitas vezes, questionarem a argumentação dos fatos e fontes históricas, da história ou do historiógrafo.

O termo figura pública tido por Malerba (2014), é usual também para Ferreira (2011) em uma visão antropológica, típica do cinema e suas representações. A mídia é um fator amplificador do fenômeno da história pública, em que a produção do conhecimento histórico não se produz exclusivamente pelo profissional de história, o historiador. Tais proposições são importantes para adentrar na premissa da memória, da história oral, do poder simbólico, e do ponto de vista antropológico desses fenômenos na História e nas Ciências Sociais, principalmente na antropologia da construção da identidade social.

Diante disto, temos no texto *os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital* (MALERBA, 2017) uma conduta própria para a análise desse historiador, dito conceitual da história, Malerba citando Rose (1992, p. 48, *apud* MALERBA, 2017, p. 138) onde o contraponto da *falácia* e do texto produ-

zido traz concepções, como:

“Toda leitura é política, no sentido de que ela sempre influencia a consciência do leitor; a influência de um dado texto é diretamente proporcional à sua circulação; a ‘alta’ cultura tende a reforçar a aceitação da ordem política e social;”³.

Na citação acima, dentre outros fatores, fica claro a função social, que Ferreira (2002, p. 322 -323) demonstrava como dever da história, além de caracterizá-la como política e passível de remetê-la a grupos distintos. Mas onde a representação do tradicional poderia ser vista, se este era narrado e não narrador de sua história?

Dentre outras, esta introdução remete aos temas e conceitos citados, bem como referenciase no texto de Émile Durkheim (DURKHEIM, 1970, p. 13-14) no que tange à congruência de tais valores históricos para o pensamento filosófico e a vida social do indivíduo, e de suas representações, seja ela individual ou coletiva, como diz:

“A vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de representações; é pois presumível que representações individuais e representações sociais sejam, de certa forma, comparáveis”.

Seria a memória um novo acontecimento, uma nova visualização do ocorrido, ou um relato vivenciado do passado? Para Durkheim (1970, p. 13), a vida, individual ou coletiva é feita de representações; para Woodward (2000, p. 12), a produção das representações partem de uma redescoberta do passado; o que, para Hall (2006, p. 56), seria o equilíbrio entre passado e futuro, em uma ambígua construção da identidade, ainda que na pós-modernidade, esta não esteja integralmente preservada.

Adiante, debater-se-á a teoria da história, a memória, a escala e o poder simbólico, num vislumbre das Ciências Humanas pelo olhar do *cientista social*⁴ cercado da sociologia do antropólogo Stuart Hall, principalmente no que tange aos estudos de representações e identidade social.

3 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-2017v37n74-06.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2018.

4 A formação do autor é tida em ciências sociais aplicadas, utiliza-se a expressão ‘cientista social’ pela ênfase do projeto de pesquisa e o caráter de pesquisador, cientista.

A DISCIPLINA HISTÓRIA EM TEORIA

O que, portanto, seria a *teoria da história*? Não será uma discussão breve, o tentar conceituar “teoria da história”, como Barros (2012, p. 367–400) descreve ser um processo que se inicia ainda no século XVIII, na passagem para o século XIX e evidencia a cientificidade das Ciências Humanas e a “*emergência da teoria da história*”. Elencando o longo caminho que toma, ainda, com o verbete de Voltaire (BARROS, 2012, p. 368) que classifica a diferenciação entre história, “*essencialmente como um gênero literário*”⁵ e fábula por mero objeto de fontes.

Barros (2012, p. 365) aponta que nesses momentos as “condições epistemológicas” são trazidas para a discussão de questões teóricas e metodológicas no campo da historiografia, onde:

“Emerge neste momento um campo que já se pode pensar efetivamente como uma Teoria da História, e surgem também aquelas primeiras correntes de pensamento que já poderemos qualificar não mais no âmbito das “filosofias da história” – em geral realizações individuais empreendidas por filósofos – mas sim no âmbito das “teorias da história”.”

É importante destacar do texto de Barros (2012, p. 369–370) que o autor também remete ao conjunto, ou grupo de teóricos, suas teorias, não sendo a *teoria da história* um marco acadêmico literário de um único autor, ou ainda um pensamento filosófico individualizado desse autor, mas a disposição de uma particularidade seguida por tantos autores, de forma própria. Diferente da *filosofia da história*, sendo proposição (teoria) própria (individual) do autor.

No corpo do discurso somos apresentados ao espaço de reflexões, ora como entrave, ora com convergência de pensamentos, a teoria da história agora sendo posta ao questionamento de quanto existe de particular ou coletivo em seu “âmbito conceitual” como disciplina de história, como em Barros (2012, p. 370):

“Por fim, no interior desta efervescente discussão teórico-metodológica, começam a se formar paradigmas historiográficos, a principiar pelo Historicismo e pelo Positivismo,

logo seguidos pelo Materialismo Histórico. É neste novo contexto que se tornará legítimo se falar, mais propriamente, em uma ‘Teoria da História’.”

Por isso é importante destacar que dentro da “teoria da história” existem diversas outras “teorias da história” que, segundo Barros (2012, p. 373), envolvem várias etapas, procedimentos e mediações. Sendo a teoria, o *modo de pensar*, e a metodologia, o *modo de fazer*, demonstrando com ênfase a necessidade do discurso teórico-metodológico para o campo da história, ou mesmo para a atividade de historiador.

I – A MEMÓRIA COMO FONTE DA HISTÓRIA

Para o conceito de memória como fonte, tomamos dois aspectos essenciais para este artigo. Primeiro, ela é multidisciplinar, podendo representar não uma, mais diversas ciências, como a História, a Sociologia e tantas outras. Segundo, ela não se limita ao indivíduo em si, ainda que passível desta representação pontual.

No texto de Piscitelli (1993, p. 151)⁶, intitulado “*tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico*” remete-se à abordagem da história oral, no uso da memória (história vivida e próxima ao lembrado), como fonte histórica, não como *lembranças narradas*, mas como “*aprendidos oralmente*”. Percebe-se que a imersão no histórico toma a narração como fonte e nisto temos a representação da memória e tradição oral. Aprendidos oralmente, tem-se um reportar da narrativa como fonte do saber.

Quanto às tradições orais, quando “*incorporam a opinião da comunidade*”, Piscitelli (1993, p. 151) diz serem *resultado de opiniões e valores, não de fatos, sendo difícil isolar eventos*. Ou como reflete quanto a *história de vida* (1993, p. 152–153):

“Linhas de pensamento preocupadas com dados factuais confiáveis e representativos desprezaram as autobiografias porque, entre outros motivos, nestas é impossível escapar da ‘perversão da verdade produzida pelo jogo da memória com o passado’.”

Piscitelli (1993, p. 169) em sua pesquisa adentra o objeto antropológico em tradições e

⁵ A formação do autor é tida em ciências sociais aplicadas, utiliza-se a expressão ‘cientista social’ pela ênfase do projeto de pesquisa e o caráter de pesquisador, cientista.

⁶ Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpaga/article/view/1683/1666>>.

gênero, sendo um fator determinante na história das tradições e na construção da identidade cultural e da cultura, principalmente, na pós-modernidade e, portanto particular do estudo da autora. O termo *verdades produzidas* aqui fica demarcado como uma possível representação já que a narrativa era produção e não um relato próprio daquele indivíduo.

Buscamos em Merlo e Konrad (2015, p. 25)⁷ que “os documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade”, não negando a essência da evidência material para a memória ou a sociedade, mas trazendo a proporção, às vezes negada, da memória como fator confiável de verdade, ou ainda como fonte da história.

Diante do contexto para Merlo e Konrad (2015, p. 34):

“Desta forma, sendo o conceito de memória amplo e variável cabe destacar que neste estudo utiliza-se do seu conceito no sentido da representação de algo memorável; (...) A memória é voltada à representatividade de fatos passados aos quais são atribuídos significados pela sociedade”.

Tomamos a abordagem de Bôas (2015, p. 244)⁸, onde a “história possui uma memória”, no entendimento de que “memória e história como ‘regime de gestão do passado’” destacam-se publicamente como representação social do indivíduo, e possível de representar a sociedade. Memorável por ser funcional à sociedade, seu valor não pode ser negado ainda que existam mediações na narrativa. É importante demarcar também que o embate da memória como fonte se dá exatamente pela menor disposição de fontes do tradicional, e suas representações estarem incumbidas desse valor.

Apesar de, em primeira vista, parecer que a visão antropológica de memória tida aqui possa ser unicamente subjetiva ao indivíduo, o artigo de Bôas (2015) traz na apropriação da teoria da história, nas representações, principalmente sociais, o embasamento científico, teórico, usual para propor a memória como elemento essencial do saber histórico. A temporalidade e a *revisita* ao passado, segundo Bôas (2015, p. 246), pertence à análise desses fatores aqui impregnados, tornando esta análise particular da história, do historiador, como:

“A sensibilidade historiadora se ancora no tempo, na interpretação sempre mutante entre passado, presente e futuro. As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um mirante ‘temporal’, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos”.

Neste ponto Bôas (2015) toma que a discussão do sentido de memória e história, forma-se num contexto não homogêneo, ao cerco que são analisadas de modo não opositivos, ora ancorados, ora modificando-se à contextos distintos. Isso ocorre em análise antropológica, onde história e psicologia social articulam-se em representações sociais, ora individuais, ora coletivas, principalmente na pós-modernidade.

Merlo e Konrad (2015) tornam mais simples o entendimento de memória, como fonte histórica, citando MOREIRA (2015, p. 1, *apud* MERLO e KONRAD, 2015, p. 35):

“A memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado (...) A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto”.

O contexto social e o sentido de memória são dois fatores marcantes da construção da identidade, fala-se de seletiva exatamente pelo presente apropriar-se do passado no uso da memória.

II – A ESCALA DO HISTÓRICO

A temática da escala para este artigo, parte do livro *jogo de escalas: a experiência da microanálise*⁹, particularmente a abordagem dimensional da análise na história. O texto de Alban Bensa (REVEL, 1998, p. 39–76), de título “da *micro-história* a uma antropologia crítica”, levando a crer que, o que se tem não é, unicamente, o que se delimita a um espaço físico, mas a análise particular do historiador quanto a um aspecto em redução daquilo que de outra forma passaria despercebido ao observador do fenômeno (objeto).

⁷ Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18705/pdf_43>.

⁸ Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n156/1980-5314-cp-45-156-00244.pdf>>.

⁹ Jacques Revel (org., 1998).

O espaço, aqui dito histórico, remete ao fato, acontecimento analisado pelo historiador em sua microanálise e a escala sendo a delimitadora de um aspecto observado, analiticamente, pelo historiador.

Émile Durkheim ao afirmar, como cita Bensa (REVEL, 1998, p. 40), de que *o fato social escapa às limitações do tempo, não podendo ser confundido como fato histórico*, nos insere novos parâmetros para a antropologia, que traz consigo o discurso antagônico de *pluridade*, não podendo ser em sua análise, *minuciosa, similar e generalista*.

Marcando tais fatores, expressos por Bensa (REVEL, 1998, p. 41), temos que:

"(...) a micro-história, privada de qualquer experiência vivida dos fatos, procura por seu lado, com uma grande preocupação de 'realismo', restituir a contemporaneidade do passado em toda a singularidade, desenvolvendo um comparativismo controlado e, poder-se-ia dizer, concreto".

Os rituais como exemplo de um objeto microanalítico, esmiúça as características factuais e integra-as à forma analisada. Levando ao entendimento em: *a fusão de contextos de origens distintos dentro de uma prática única dá a esta última toda a sua força evocada* (REVEL, 1998, p. 46). Parece uma negação do histórico, apesar de reconhecer a essência deste no presente. O relato da experiência também é apresentado na figura do etnógrafo mais à frente no texto de Bensa (REVEL, 1998, p. 47), onde tais influências para ele constituem-se *informações*.

Bensa (REVEL, 1998, p. 62), em sua análise acerca das escalas, depara-se com o *"recurso ao 'símbolo"*, tema a ser discursado em seguida, levando-nos a propor micro-história, na visão de Alban Bensa, numa condição do não *renunciar a toda a generalidade*.

"Os estudos micro-históricos nos dão uma consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente em suas vidas, em troca, é também o peso do tempo longo que é desvendado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares".

O valor e o discurso da *micro-história*, da *microanálise*, das escalas, não fica demonstrado somente ao livro de Revel (1998), e no texto de Bensa utilizado neste trabalho, Giovanni Levi e Peter Burke, também expressam grande influência ao tema, principalmente no que tange às representações e culturas.

III- A VERDADE, O FATO E O PODER SIMBÓLICO

A verdade, o fato e o poder simbólico, para este trabalho, se resumem, se assim possível for, à *culminância* do relato *associado* ao indivíduo, que a antropologia toma para si, ainda que a representação deste não seja exatamente ou exclusivamente o representado isoladamente.

Para Bensa (REVEL, 1998, p. 63), a *situação social, definida, combina fenômenos* com particularidades (como a *escala temporal e espacial*), posição também citada por Giovanni Levi no texto – variações de escalas e recurso ao "símbolo" (REVEL, 1998, p. 63) – lembrando a evidência da escala na dimensão da análise. Em todo o texto de Bensa, temos o questionamento da totalidade, da parcialidade, do foco, da dimensão, trazendo sempre aos *jogos de escalas* para o método e teoria de análise, principalmente para as Ciências Humanas, em História, e Sociais, na Antropologia.

Os autores que particularizam o poder simbólico, como Pierre Bourdieu e Luiz Costa Lima, no uso do *dano* causado à *produção* cultural, do homem ou da sociedade, como *reflexo pulsante* do embate de ideias, e no *controle* interno a que si revela tal poder, também possível de representações e escalas micro-históricas são essenciais para o valor de verdade e poder simbólico tidos neste trabalho.

No texto de Coelho (2009), quando cita Lima (2009), o controle social do imaginário, tido como funcional, *utilizável*, toma a representação simbólica do real, tornando esta uma dimensão própria, tendo uma subordinação do imaginário à realidade. A aceitação dessa verdade é condicionada, dentre outros, ao aspecto ficcional dado à imaginação, ou seja, a verdade se reestabelece no reconhecimento da não realidade. Muito próximo do proposto por Roger Chartier quando fala do espírito francês¹⁰, do uso memorável da escrita sob a forma de con-

tos para tratar de assuntos sociais.

O porquê do ficcional constar no tópico reservado à verdade, ao fato? Pode-se citar ainda na apresentação do texto de Coelho (2009), à essência que fica tida ao símbolo, ou ainda, ao poder do símbolo, para a tênue marca que *a verdade, o fato, e esse poder* carregam, e às vezes, negam, ao próprio *imaginário*. O paralelo formador do embate entre real e ficto, partem de símbolos, estes se revelam de um poder de representações, distintas muitas vezes, mas também correlatos.

Bourdieu (1989, p. 7)¹¹, em seu livro *o poder simbólico*, tido no capítulo 1 – *Sobre o poder simbólico* – os aspectos do simbolismo e o que para o autor seria sem dúvidas uma prática *dolosa* ao valor real daquilo que é tido como símbolo, que em suas palavras seria:

“Se ‘a imigração das ideias’, como diz Marx, raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em – ismo para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define”.

O *poder invisível*, reputado pelo simbólico, pode ainda ser encontrado em uma *violência* simbólica, retratada na incumbência da representação, como quando o texto de Lima (COELHO, 2009, p. 1, *apud* LIMA, 2009, p. 33) introduz a ideia da censura:

“Bem sabemos que a censura é o controle explicitado, tão evidente que não apresenta problema teórico nenhum. Mas será preciso que a censura se escancare para compreender-se a existência do controle?”.

Em outras palavras, é necessária a apresentação visual do poder para que ele seja de fato uma verdade? Esse poder invisível, impregnado ao interior do indivíduo é demonstrado ao longo da história da humanidade em diversos *poderios* sociais. Desde uma simples referência paternal, aos ditos massacres de poder em suma das violências prescritas pela humanidade. O poder existe no entrave social, e ele toma a forma de verdade em representações dos indivíduos e símbolos.

Seria irrelevante destacar as formas múltiplas que esse poder, e essa violência, se manifestam no histórico da humanidade. O importante aqui é notar que ele tece no indivíduo uma consciência inconsciente de existência. Podendo ela se manifestar ou não *no, para e do* indivíduo, ou ainda por aquele que exerce tal domínio.

Para Bourdieu (1989, p. 8), quanto ao controle social:

“(...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Como síntese de seu estudo propõe que: 1) os sistemas simbólicos só podem exercer função estruturante porque são estruturados; 2) a dominação, estruturada ou estruturante, permite a legitimação de uma classe sobre a outra, em um processo aqui tido como violência simbólica¹².

Configurando ainda (Bourdieu, 1989, p. 15):

“O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: (...) a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”.

Tal característica, é ainda da sociedade de época retratada por Roger Chartier, onde o contexto e o extratos social são marcados por expressões simbólicas que remetem a este controle. Bourdieu demonstra a essência do processo que o poder simbólico se dá no indivíduo, estabelecendo um ordenamento. A verdade e o poder simbólico não são estranhos às representações do indivíduo, mas nem sempre estão impregnados à clareza de uma forma perceptível deste por ele ou por aqueles que o rodeiam.

A identidade social também remete ao controle, à subordinação social, por isso suas alternâncias pós-modernas se darem de forma não integral e não homogêneo, sendo doloso à pró-

¹¹ Livro na íntegra em: <http://lpeqi.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU__Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

¹² Suma das sínteses primeira e segunda de Bourdieu (1989).

pria identidade do indivíduo. Tendo a memória, a escala e o poder simbólico agindo na transformação desse entendimento funcional do social.

CONCLUSÃO

Este artigo debate acerca de elementos da ciência História relacionando-os com as Ciências Sociais, principalmente em relação à *antropologia social*. Em uma escrita pontual, indicativa, tentou-se elencar nos conceitos de teoria da história – memória, escala e poder simbólico; aqueles que estão mais à frente na antropologia discutida na construção da identidade social

pós-modernidade. Tendo na *memória*, uma fonte do saber social visto pelos olhos único de um *interlocutor*, aqui assessorado pelo historiador. A *escala*, como demandante de um cerco, tornando o objeto mais próximo para uma *microanálise* de seu conteúdo. O *poder simbólico*, visto como atenuante social, ora formador da *violência* ocultada ao indivíduo dominado e ignorada por seu dominante. Tais relações demonstram-se ativas à construção da identidade social do indivíduo, podendo ser representada por configurações e entraves do indivíduo pós-moderno, mas também em um indivíduo histórico com uma cronologia apontada tanto nas Ciências Humanas, como nas Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. (2012), "Teorias da história' e 'filosofias da história': considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico". *Anos 90*, 19, 36:367-400.
- BÔAS, Lúcia Villas. (2015), "História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar". *Cadernos de Pesquisa*, 45, 156: 244-258.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro.
- CHARTIER, Roger. (1996), "Textos, símbolos e o espírito francês". *História: Questões & Debates*, 13, 24: 5-27.
- COELHO, Victor de Oliveira Pinto. (2009), "O controle do imaginário & A afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flandres, Tristram Sahandy". *GRAGOATÁ*, 270, 27: 267-272.
- DURKHEIM, Émile. (1970), *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro- São Paulo, Ed. Forense, 1: 13-42.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. (2002), *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, p. 314-332.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. (2011), "Cinema, educação e história pública: dimensões do filme 'Xica da Silva'", in: Juniele Rabêlo de Almeida & Marta Gouveia de Oliveira Rovai (orgs.), *Introdução à história pública*, São Paulo: Letra e Voz.
- HALL, Stuart. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed., DP&A Editora, Rio de Janeiro, p. 101.
- LEVI, Giovanni. (1992), "Sobre a micro-história", in P. Burkler (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 133-161.
- MALERBA, Jurandir. (2014), *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*. Ouro Preto, p. 27-50.
- MERLO, Franciele & KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. (2015), "Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação". *Inf. Inf., Londrina*, 20, 1: 26-42.
- PISCITELLI, Adriana G. (1993), "Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico". *Cadernos PAGU*, Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos – PPEC, n.1, p. 150-200.
- REVEL, Jacques. (1998), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. 39-76.
- TORRES, Luiz Henrique. (1996), "O conceito de história e historiografia". *BILBOS*, Rio Grande, 8: 53-59.
- WOODWARD, K. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". in T.T. Silva (org.), *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis Vozes, 2000.

Recebido em 26 de novembro de 2018

Aprovado em 26 de abril de 2019